
Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Cidade de Benjamin Constant, na fronteira Brasil-Colômbia-Peru, onde há manifestações do portunhol | Imagem: [Amazonas Em Dia](#)

Historicizar para (re)existir – Resenha de *Diálogos em política linguística*, organizado por Isis Ribeiro Berger, Cristiane Aparecida Ribeiro Bueno e Franciele Maria Martiny

Eduardo Marques Pinheiro (SEED/SE/UFS)

Resumo: *Diálogos em Política Linguística*, organizado por Isis Ribeiro Berger, Cristiane Aparecida Ribeiro Bueno e Franciele Maria Martiny, busca refletir criticamente sobre políticas de línguas. Apresenta análises por vezes superficiais, fragmentadas e pouco etnográficas. Contudo, destaca-se pela diversidade temática, interdisciplinaridade e valorização de práticas linguísticas silenciadas.

Palavras-chave: política linguística; multilinguismo; decolonialidade; línguas indígenas; fronteiras.

A coletânea *Diálogos em Política Linguística*, organizada por Isis Ribeiro Berger, Cristiane Aparecida Ribeiro Bueno, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e Franciele Maria Martiny, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), foi publicada em 2025 pela Pimenta Cultural. Com o objetivo de promover reflexões interdisciplinares sobre as políticas de línguas em suas múltiplas expressões e contextos, a obra reúne capítulos que abordam questões como multilinguismo, gestão linguística e disputas epistêmicas. O prefácio, escrito por Socorro Cláudia Tavares de Sousa, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), valoriza o livro como um espaço potente de análise crítica das relações entre linguagem, poder, identidade e resistência, reconhecendo sua contribuição para compreender a centralidade política das línguas. Na apresentação, as organizadoras destacam a origem do projeto nas discussões da disciplina “Política(s) de línguas e gestão do multilinguismo nas fronteiras”, ressaltando a obra como fruto de intercâmbios teóricos e experiências compartilhadas por pesquisadores de diferentes instituições.



Inserida no campo da Linguística Aplicada, com diálogos profícuos com os Estudos Críticos da Linguagem e os Estudos Decoloniais, esta coletânea nasce das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE. As organizadoras atuam como docentes e pesquisadoras na UNIOESTE e na UNILA, com destacada produção acadêmica nos campos das políticas linguísticas, dos direitos linguísticos e das epistemologias do Sul, tendo publicado esta obra como um esforço de articulação entre teoria crítica e prática social.

A coletânea reúne textos de diferentes pesquisadores que analisam, a partir de diversas perspectivas, as políticas linguísticas no Brasil e em contextos sul-sul. Composta por dez capítulos, a obra pode ser organizada, para fins didáticos, em três grandes eixos temáticos: línguas indígenas e colonialidade linguística; paisagens linguísticas e políticas locais de linguagem; e políticas educacionais, internacionais e de inclusão linguística. Embora essa divisão não seja explicitada na estrutura do livro, ela contribui para evidenciar a diversidade e a coerência dos debates apresentados.

Desde a introdução e ao longo dos capítulos, um dos aspectos que mais se destaca na coletânea é o lugar conferido à historicidade como categoria de análise central. Ao compreender que as políticas linguísticas não operam no vácuo, mas se constroem em relação a processos históricos marcados por colonialismos, apagamentos e resistências, a obra assume uma abordagem que articula memória, poder e linguagem. A história, nesse sentido, não aparece apenas como contexto ou pano de fundo, mas como estrutura constitutiva das disputas linguísticas, moldando as práticas, as representações e os regimes de regulação sobre as línguas. Exemplo disso é a abordagem do primeiro capítulo, em que Ilídio Macaringue afirma: “Moçambique, como Estado-nação independente desde 1975, resulta da luta de libertação nacional desencadeada pela FRELIMO contra o colonialismo português que há séculos subjugava o povo moçambicano” (p. 25). Tal perspectiva, que vincula língua, identidade e soberania, é representativa do modo como a coletânea se propõe a historicizar os conflitos e planejamentos linguísticos, ainda que, como se verá, nem todos os capítulos mantenham o rigor metodológico ou densidade crítica.

Os capítulos um, dois e três, assinados por Ilídio Macaringue, Ananda Machado, João Henrique Santos de Souza, Tereza Pereira de Souza e Elizandra Iop, abordam as línguas indígenas e as políticas linguísticas que as afetam, seja em Moçambique, em Roraima ou em Santa Catarina. Embora o primeiro capítulo adote uma abordagem teórica crítica e

sofisticada sobre a instrumentalização da língua portuguesa na construção do Estado moçambicano, carece de dados empíricos que sustentem seus argumentos. Ainda que o ensaio seja vigoroso, o vínculo com as práticas linguísticas contemporâneas revela-se pouco consistente.

O segundo capítulo, de autoria de Ananda Machado, João Henrique Santos de Souza e Tereza Pereira de Souza, adota uma perspectiva etnográfica e educativa, destacando a resistência do povo Macuxi diante da imposição do português nas escolas. Embora a análise demonstre sensibilidade ao tema, o tratamento conferido às políticas públicas carece de uma problematização mais aprofundada quanto aos desafios estruturais enfrentados pelas comunidades indígenas. Já Elizandra Iop aprofunda a análise da língua Kaingang por meio de um estudo de caso na Terra Indígena Xapecó, em que a utilização de questionários como instrumento metodológico representa uma iniciativa relevante de pesquisa de campo, ainda que a limitação da amostra e a superficialidade da análise reduzam o alcance crítico da proposta. Além disso, o texto revela limitações metodológicas – como o uso de amostras reduzidas e a ausência de triangulação de dados –, além de uma frágil articulação com as políticas públicas em vigor, o que compromete, em certa medida, a aplicabilidade dos resultados no campo educacional e sociolinguístico. Apesar dessas fragilidades, a articulação teórica com os pressupostos do pensamento decolonial e anticolonial revela-se consistente. Entre as virtudes desses capítulos, destacam-se a abordagem crítica da colonialidade, a valorização dos saberes indígenas e a tematização da linguagem como forma de resistência – aspectos que conferem densidade teórica e compromisso político às análises desenvolvidas.

Os capítulos sete, oito e nove, respectivamente escritos por Angie Melissa Gamboa Yaruro, Franciele Maria Martiny, de Maria Elena Pires Santos, Márcia Palharini Pessini, e de Wagner Barros Teixeira e Ana Carolina da Silva Teixeira, discutem a paisagem linguística como prática discursiva e como expressão de políticas de linguagem nos territórios que analisam. Yaruro e Martiny examinam a paisagem comercial de Foz do Iguaçu com base em registros fotográficos, articulando de forma pertinente a análise à Linguística Aplicada crítica. Contudo, o recorte espacial – limitado ao centro da cidade – enfraquece a compreensão mais ampla da diversidade sociolinguística presente no município. Pires Santos e Pessini deslocam o foco para a paisagem escolar, investigando o Instituto Federal do Paraná como espaço multilinguístico; embora a proposta seja original, o capítulo peca por não incorporar a voz de alunos e professores, o que restringe a análise à leitura dos signos, descolada das interações sociais que lhes conferem sentido. Já o capítulo de Wagner Barros Teixeira e Ana Carolina da Silva Teixeira investiga o portunhol na fronteira amazônica, em Benjamin Constant, tematizando uma prática linguística relevante; no entanto, a abordagem excessivamente descritiva, aliada à ausência de uma articulação teórica mais sofisticada sobre bilinguismo, contato linguístico e performatividade, reduz a potência crítica da proposta. São, ainda, vícios recorrentes de etnografia e de vozes dos sujeitos, a escassa diversidade de contextos analisados e análises fotográficas com limitada densidade interpretativa. Entre as virtudes dos textos, destacam-se o reconhecimento da linguagem como materialidade visual e performativa, a articulação com os espaços urbano e educativo, bem como a relevância social dos temas abordados.

Já o capítulo dez, de Nathália Rohde Fagundes, Fabrício José Leal de Oliveira e Leandro Alves de Souza, relata as ações do Programa Paraná Fala Inglês; embora o capítulo seja detalhado, adota um tom descritivo e institucionalizado, com baixo teor crítico. A internacionalização do ensino superior é tratada como uma política neutra, sem que se problematizem suas implicações geopolíticas, epistemológicas e excludentes. Entre os vícios recorrentes desses capítulos, sobressaem-se a ausência de vozes de sujeitos afetados,

o baixo grau de problematização política e a prevalência de um tom institucional em detrimento da crítica. Entre as virtudes comuns, destacam-se a documentação de políticas públicas recentes, a articulação com contextos locais e a contribuição para o mapeamento da atuação estatal em políticas linguísticas.

Apesar de abordar uma diversidade temática relevante, uma parcela significativa de textos da coletânea se limita a descrições mais superficiais de políticas públicas ou registros visuais, sem desenvolver de forma mais robusta a problematização das relações de poder, das tensões epistemológicas ou das práticas de linguagem enquanto formas de resistência ou dominação. Esse distanciamento analítico manifesta-se, sobretudo, na escassez de dados etnográficos e na ausência de vozes dos sujeitos diretamente envolvidos – sejam indígenas, migrantes, surdos ou estudantes –, o que fragiliza o compromisso crítico que a coletânea propõe assumir. Soma-se a isso a carência de reflexões mais incisivas sobre o papel das universidades, do Estado e das instituições na reprodução (ou subversão) da colonialidade linguística. Além disso, a fragmentação editorial, a ausência de uma introdução teórica articuladora e a desigualdade na densidade analítica entre os capítulos comprometem, em certa medida, a coesão interna e a potência crítica da obra.

Ainda assim, a coletânea destaca-se pela amplitude temática e pelo esforço em congregar pesquisadores de diferentes instituições e áreas do conhecimento, construindo, assim, um panorama abrangente das políticas linguísticas em contextos de fronteira. A presença de línguas indígenas, da Libras, do portunhol e de línguas migrantes reforça o compromisso da obra com a visibilização de práticas linguísticas historicamente silenciadas.

Diálogos em Política Linguística é uma obra que apresenta méritos significativos, sobretudo por reunir abordagens interdisciplinares e por tematizar realidades linguísticas pouco exploradas na literatura tradicional. No entanto, cumpre apenas parcialmente seu objetivo de promover um diálogo crítico e situado acerca das políticas linguísticas, justamente por evitar tensionar de forma mais profunda os agentes e as estruturas que as operam. Leitoras e leitores interessados em estudos linguísticos críticos, políticas de línguas em contextos de fronteira, educação bilíngue, multilinguismo, justiça linguística e decolonialidade encontrarão na obra pontos de partida instigantes, desde que adotem um olhar crítico diante de suas lacunas e limitações.

Referências

BERGER, Isis Ribeiro; BUENO, Cristiane Aparecida Ribeiro; MARTINY, Franciele Maria (org.). *Diálogos em política linguística*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Sumário de *Diálogos em Política Linguística*

Prefácio

Apresentação

1. Políticas linguísticas e prefiguração da identidade nacional em Moçambiqu
2. Monanító' eremuukon: uma reflexão acerca das políticas linguísticas e do ensino de macuxi
3. A política linguística como meio para o des-silenciamento: reflexões decoloniais a partir de investigação entre o povo Kaingang
4. Educação plurilíngue em contexto de fronteira: uma análise das leis nº 5.215/2023 e nº 5.223/2023 do município de Foz do Iguaçu
5. Os surdos nas políticas linguísticas e educacionais brasileiras

6. O lugar dos migrantes nas políticas linguísticas in vitro: uma discussão sobre as orientações oficiais para escolas públicas de Foz do Iguaçu
7. Políticas linguísticas em Foz do Iguaçu: análise de un paisaje lingüístico fronterizo en espacios comerciales
8. Políticas linguísticas desveladas: o (in)visível no contexto escolar de fronteira em perspectiva
9. Considerações sobre o portunhol na paisagem linguística de Benjamin Constant, no Amazonas
10. Políticas de internacionalização das universidades estaduais do Paraná: contribuições do Programa Paraná Fala Inglês UNIOESTE

Resenhista



Eduardo Marques Pinheiro é doutorando e mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Ensino de Língua Espanhola pela Faculdade Pio Décimo e Graduado em Letras Português/Espanhol pela Universidade Tiradentes (Unit). É professor da educação básica na Rede Estadual de Educação e autor de [Educação linguística em Espanhol em tempos de pandemia](#), e [O RP Letras Espanhol na UFS: possibilidades e desafios](#). ID Currículo LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5750820904137281>; ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9806-4924>; E-mail: pinheirodudu001@gmail.com.

Para citar esta resenha

BERGER, Isis Ribeiro; BUENO, Cristiane Aparecida Ribeiro; MARTINY, Franciele Maria (org.). *Diálogos em política linguística*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. 293 p. Resenha de: PINHEIRO, Eduardo Marques. Historicizar Para (Re)existir. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 5, n. 22, p. 36-40, 2025.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).